



O CUIDAR E O EDUCAR NA ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS DE ATENDIMENTO DA CRECHE DA REDE DIRETA PAULISTANA (1969 a 1982)

Juliana dos Santos Camaru¹

Eixo temático: 4 Alfabetização e Infância

Resumo: Em 1950, a Prefeitura Municipal de São Paulo firmou os primeiros convênios com entidades beneficentes, para atendimento das crianças pequenas em creches. O atendimento pelo subsistema de creches da rede direta da cidade de São Paulo passou por um amplo processo de expansão quantitativa, ao final da década de 1970. A compreensão dessas mudanças e suas implicações nas propostas e programas de atendimento às crianças na cidade é o que justifica a escolha pelo tema tratado neste artigo. Tem-se, por objetivos, compreender por meio do estudo da programação de atendimento e das propostas curriculares das creches da cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, a concepção de cuidar e educar adotada e como eram organizados seus currículos, os tempos e espaços. Foram utilizados, como fontes documentais os programas e propostas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos e 11 meses, elaboradas pelas Secretarias do Bem-Estar Social vinculadas às instituições de atendimento à criança no período compreendido neste estudo. Como procedimentos metodológicos da pesquisa, foram feitas análises destes documentos legais e normativos do município de São Paulo referentes ao período de 1969 a 1982, disponibilizados no portal da Fundação Carlos Chagas – Acervo da História da Educação e da Infância. A investigação demonstrou a organização, as estruturas, formas de manutenção e propostas de atendimento traçadas nas programações junto às crianças atendidas, prioritariamente de 0 a 3 anos de idade, cujas famílias apresentassem renda de até dois salários mínimos.

Palavras-chave: creches paulistanas; cuidar e educar; currículo; criança.

Introdução

Nos anos de 1950, a cidade de São Paulo vivenciou modificações no plano da sua convivência urbana. As alterações observadas no período apresentam certas peculiaridades, por suscitarem uma série de demandas sociais surgidas principalmente em consequência do surto do desenvolvimento industrial. Os centros urbanos nessa nova organização do território que expandiu os limites da cidade passam a adquirir os contornos

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (UNIFESP/EFLCH). Contato: santoscamaru@yahoo.com.br

definitivos de grande metrópole. Esta alteração no ritmo da vida urbana, segundo Arruda (2005), fez com que a antiga cidade, moldada na economia cafeeira, apresentasse um novo e renovado *layout*, agora pontilhado pelas chaminés das fábricas. O crescimento também promoveu visível quadro de desigualdade social e a presença de diferentes grupos sociais ocupando as ruas, constituindo distintos bairros e formas de viver.

De acordo com Maricato (2013, p. 41) “a industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente que era construído”, o rápido aumento da população provocou, não só o aumento da pobreza, mas trouxe também outras demandas para as famílias trabalhadoras. A mulher passou a ampliar lentamente seu lugar na sociedade, conquistou direitos e posições até então negados. Com o desenvolvimento industrial dos grandes centros urbanos, aumentou, no decorrer dos anos, a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente a partir de 1950.

A reivindicação e luta por creche, fomentada pela necessidade crescente por este tipo de atendimento por parte das mulheres trabalhadoras, começou a aparecer, tanto em movimentos isolados, com grupos dispersos de moradores, que reivindicavam por creche isoladamente em seus bairros, quanto em movimento unitário, como por exemplo, o *Movimento de Luta por Creches*. O ponto de convergência dos protestos apontava para criação das creches pela Prefeitura do Município de São Paulo e, para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

O presente artigo tem por objetivo investigar por meio do estudo da programação de atendimento e das propostas curriculares das creches da cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, a concepção de cuidar e educar adotada e como eram organizados seus currículos, os tempos e espaços.

Para este estudo, o termo creche será utilizado para se referir ao atendimento institucional a crianças de 0 a 6 anos e 11 meses em período integral, pertencentes às famílias com renda mensal de até quatro salários-mínimos, sendo prioritárias aquelas pertencentes a famílias com renda mensal na faixa zero a dois salários-mínimos, tal como se configurou nas creches diretas da rede paulistana no período compreendido neste estudo.

Este artigo está dividido em duas seções. Na primeira tem-se por objetivo estabelecer relações entre o contexto histórico e as instituições de atendimento à criança na cidade de São Paulo, por meio de um exame das composições populacionais da cidade de São Paulo, suas inserções sociais, culturais, políticas e históricas. Na segunda seção um estudo sobre os programas e propostas da Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) reúnem as orientações e normatizações publicadas pela Prefeitura do Município de São

Paulo, apresentando as concepções de criança e dos profissionais e as demais atuações das secretarias sobre o desenvolvimento das ações no atendimento da criança.

Os documentos que subsidiaram a análise dessa investigação encontram-se sob os títulos: *Projetos Centros Infantis – Programação Psicopedagógica* (1973c, 1974c e 1978a); *Cadernos de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a); *Creches Programação Básica COBES* (1979a, 1980b e 1981b), e por fim as considerações finais.

2 A organização das rotinas de atendimento da creche da rede direta paulistana (1969 a 1982)

As diretrizes para o trabalho nas creches expressas nas programações publicadas pela Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) foram construídas visando prevenir o fracasso escolar e compensar as carências apresentadas pelas crianças.

Patto (2013) alerta-nos sobre essa teoria:

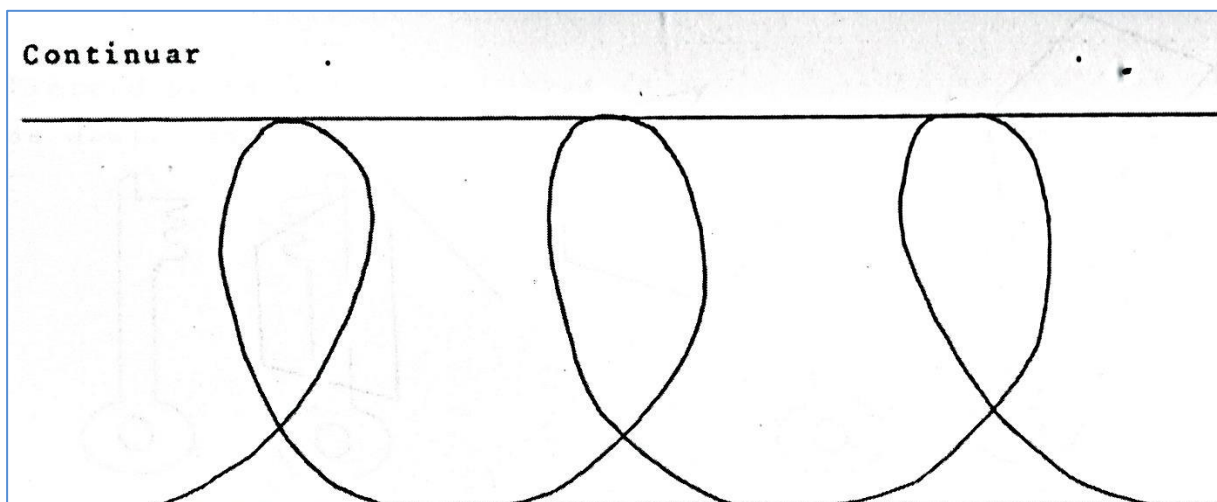
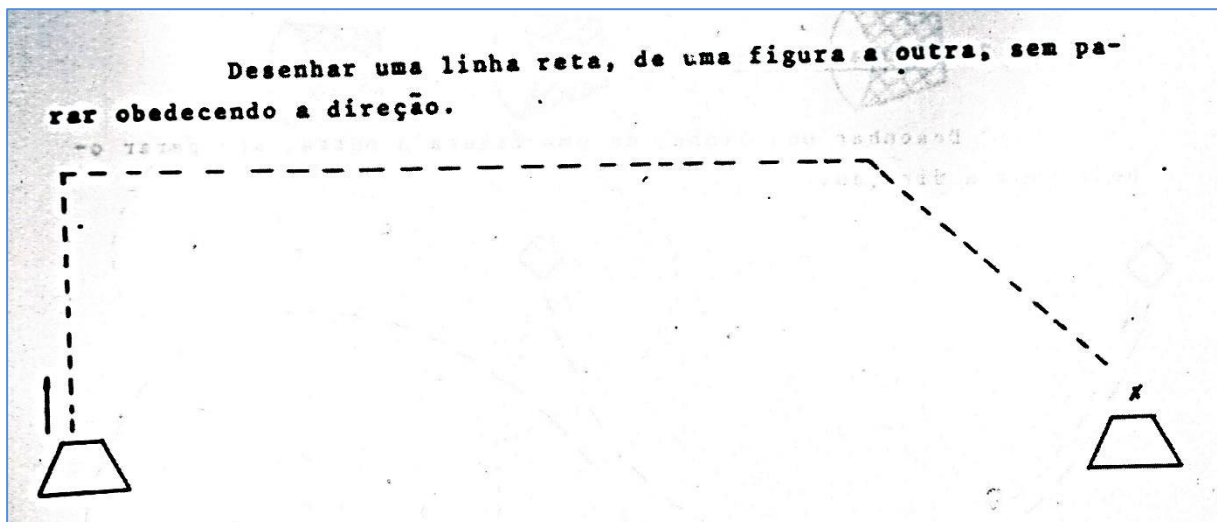
Foi, portanto, na convergência de concepções racistas e biológicas sobre o comportamento humano e as desigualdades sociais e de um ideário político liberal que a educação brasileira foi pensada e planejada nos anos que antecedem a existência de uma genuína política educacional no país. Em outras palavras, foi no fogo cruzado de preconceitos e estereótipos sociais, cientificamente validados, e do ideal liberal da igualdade de oportunidades que se geraram ideias que interferiram nos rumos da política, da pesquisa e das práticas educacionais. (PATTO, 2013, p. 115).

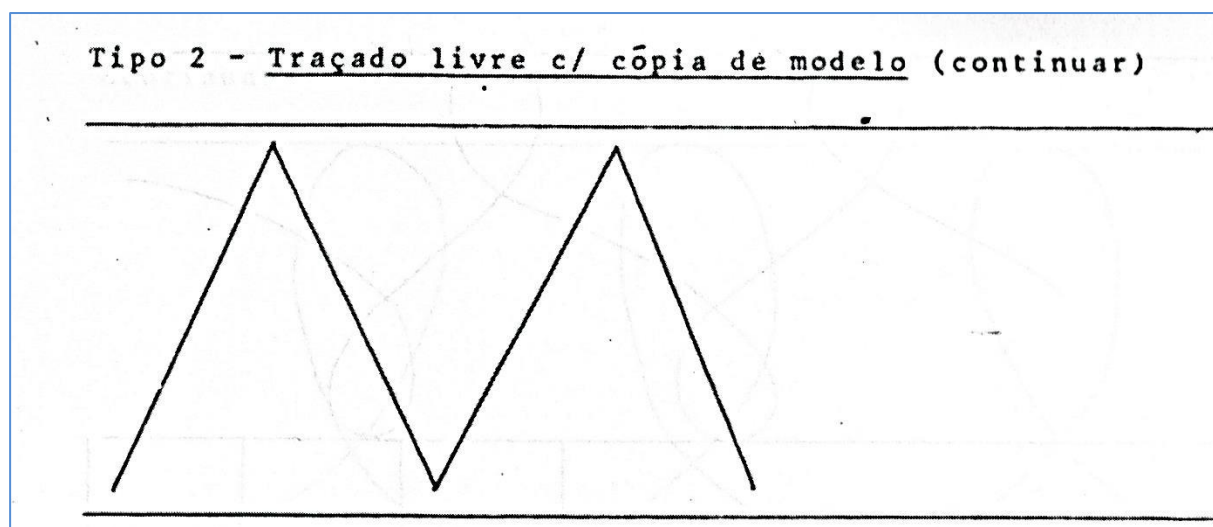
Realizados os estudos em relação às carências apresentadas pelas crianças e suas famílias, os documentos publicados pelos projetos Centros Infantis Integrados acrescentavam aos objetivos já apresentados uma proposta voltada para o desenvolvimento motor, efetivada com a publicação do *Caderno de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a). Tratava-se de um caderno composto por três partes. A primeira parte compreendia os exercícios psicomotores gráficos, num total de quatro séries distintas, apresentadas em ordem crescente de dificuldade. Desta forma, a criança somente deveria passar de uma série para outra quando satisfeitos os comportamentos terminais da série anterior. A segunda parte envolvia alguns conceitos matemáticos, perfazendo um total de quinze séries. A terceira era um caderno de jogos recreativos.

Na apresentação do documento, havia uma nota esclarecedora de que tais exercícios eram apenas sugestões; portanto, deveriam ser complementados pela professora. A aplicação dos exercícios deveria ser associada às áreas da *Programação Psicopedagógica*: expressão oral, desenvolvimento motor, Matemática e integração social. Os exercícios gráficos iniciavam-se no jardim e deveriam ser administrados, respeitando-se o ritmo de cada criança.

A ritualização dos exercícios é a característica predominante da programação presente no caderno. No conjunto de imagens da figura 1, e em outras orientações de atividades do documento, o caráter predominante era o da orientação passo a passo. À professora, caberia reproduzir a tarefa, empenhando-se em fazer a criança cumprir cada etapa planejada. Há, ao longo da programação, uma preocupação com o preparo da criança para as atividades de escrita enquanto produção de traços e símbolos:

Figura 1 – Exercícios de Coordenação Motora





Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância.

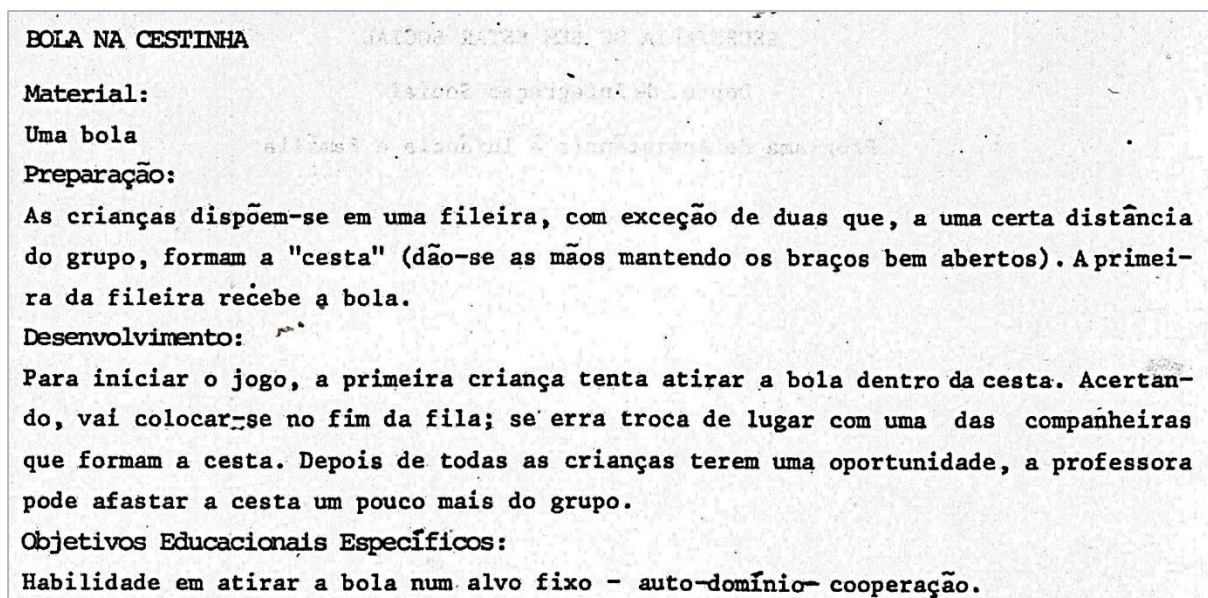
Fundação Carlos Chagas.

Este documento defende o trabalho de preparação para a alfabetização baseado no treino, na repetição, ou seja, subsidia uma ação pedagógica de cunho preparatório, preocupada principalmente com a alfabetização caracterizada pela antecipação das atividades tipicamente escolares.

Portanto, sendo um único processo linearmente descrito em estágios que naturalmente se sucedem, a aprendizagem deveria ser concretizada a partir de uma programação de atividades feitas pelo professor com base nos objetivos propostos pelos técnicos da secretaria.

Para complementar as atividades do *Caderno de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a), era apresentado na segunda parte da programação o *Caderno de Jogos Recreativos*. Tratava-se de um roteiro que oferecia um total de cinco jogos com uso de bola, dez jogos ativos, onze jogos moderados, cinco jogos de correr, doze jogos de competição de grupos e dois jogos de atividade motora moderna, conforme os exemplos apresentados a seguir:

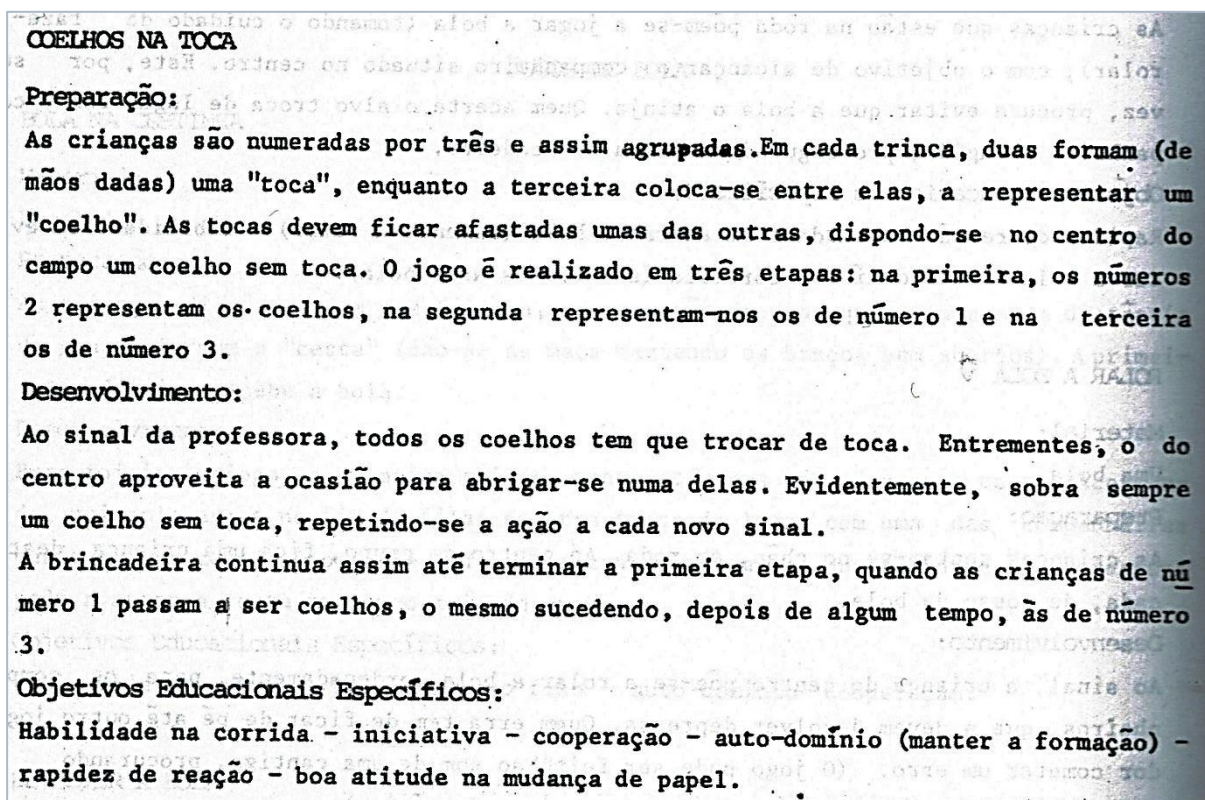
Figura 2 — Jogo com bola



Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância.

Fundação Carlos Chagas.

Figura 3 — Jogo Ativo



Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância.

Fundação Carlos Chagas.

O trabalho com os Jogos Recreativos estavam centrados em atividades como: os jogos cantados – brincadeiras de roda, de movimento, de imitações, alguns com marcha e acompanhadas de melodias, os jogos organizados em grupos, na maioria de competição e outros com os brinquedos.

A concepção do papel do professor que se constrói a partir dessa análise é a de um profissional cuja capacidade está em reproduzir os exemplos prescritos e recriar situações para atender aos objetivos dessa proposta de atendimento.

O que diferencia os tempos pré-escolares dos escolares é que os primeiros incluem o brincar, o descanso, as necessidades de cuidados e de higiene pessoal, temas que não aparecem nos horários escolares. Mesmo os tempos livres, como os dos recreios, são atravessados por instrumentos de vigilância e de organização, que não os diferenciam substancialmente dos tempos institucionais. (BARBOSA, 2006, p. 143)

Havia ainda na programação do berçário, psicopedagógica e no caderno de jogos, um passo a passo para confecção de brinquedos com sucata. O *Manual de Orientação Técnica e Administrativa* (1974e e 1978c) oferecia exemplos de brinquedos a partir de uma lista por agrupamentos, para serem adquiridos pelas creches e outros tipos de brinquedos que deveriam ser confeccionados pelas creches.

A oferta de materiais diversificados, adequados às crianças, é um elemento que favorece a ampliação das atividades presentes em uma rotina. Dessa forma, de acordo com os materiais oferecidos às crianças, pode-se construir diferentes tipos de rotinas.

Ao final da década de 1970, foi elaborada a *Programação Básica para Creches*, no governo de Reynaldo E. de Barros, uma proposta de educação baseada na concepção de que a criança atendida pela creche apresentava um quadro de carências ocasionado pela privação alimentar, afetiva, social e de estimulação, própria do meio em que vivia.

Nessa (re)programação, há um processo de continuidade entre a programação de 1973 e suas edições e os documentos de 1979, 1980 e 1981, mas que aprofundou e imprimiu um caráter mais diretivo às atividades, preconizando as ações compensatórias, com o objetivo de diminuir as defasagens que eram observadas no desenvolvimento infantil, visando principalmente àqueles comportamentos básicos para a escolarização, incluindo-se também toda uma série de exercícios gráficos de preparação para a alfabetização.

Considerando a extensão das desigualdades sociais causadas pela pobreza no município de São Paulo e pela necessidade de se dar voz ao povo, que pressionava por meio dos movimentos a revisão de suas ações, a política de creche elege prioridades e configura a creche como equipamento de assistência e educação. Segundo Rosemberg, Campos e Haddad (1991):

Da fusão dessas demandas, surgiu uma proposta de creche com um caráter político novo. Além de prestar um atendimento que oferecesse condições favoráveis ao desenvolvimento da criança, a creche devia contar nos objetivos a proposta de envolver a participação ativa dos usuários e grupos da comunidade na cogestão do equipamento, assim como servir de polo aglutinador e mobilizador de forças sociais locais (ROSEMBERG, CAMPOS e HADDAD, 1991, p. 41)

O fragmento do Boletim do Movimento de Luta por creches exemplifica essa situação:

Sem dúvida, dentro desse quadro apresentado, o Movimento de Luta por Creches, teve um papel importante na definição de uma política municipal de creches.

Ele modificou radicalmente a concepção de creche frente à opinião pública e aos próprios grupos de mulheres na periferia de São Paulo. A creche antes tida como orfanato ou simplesmente um depósito de crianças, passa a ser vista como um equipamento social e educacional (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Comissão de Luta por Creche. Boletim I, s/d).

Em razão da necessidade de reprogramar a proposta socioeducativa que vinha sendo realizada desde o início da década de 1970, cujo objetivo geral era o de proporcionar um programa educacional que possibilitasse à criança um desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades sociais, físicas, afetivo-emocionais e intelectuais, o documento apresentava um programa educacional compensatório.

Para corrigir as carências das crianças, anulando a defasagem entre sua idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontrava, por meio de um clima de relacionamento adulto-criança, caracterizado por:

Informalidade e espontaneidade,
Calor humano,
Liberdade de expressão,
Aceitação incondicional da criança,
Valorização do trabalho em grupo,
Respeito pelo outro,
Disciplina,
Interesse e motivação para crescer e aprender que leve a criança a:
Observação, uso dos sentidos, sensibilidade ao mundo que a cerca,
Indagação e curiosidade,
Uso da imaginação e inventividade,
Busca ativa de respostas,
Persistência. (SÃO PAULO – Município, Creches Programação Básica, 1980b, p. 30).

A equipe técnica de Psicopedagogia da COBES verificou a necessidade de uma reformulação da programação. Para os técnicos, a programação anterior apresentava-se de modo bastante genérico, ocasionado à multiplicidade de abordagem. Esta mesma programação, da forma como se apresentava impossibilitava também sua avaliação, pois “levando muitas vezes a perpetuação de certas atividades, sem considerar o nível de desenvolvimento da criança” (SÃO PAULO, Creches Programação Básica, 1981b, p. 8).

O caráter da formação e dos documentos produzidos nessa época traduzia uma primeira tentativa do governo municipal em investir numa proposta político-pedagógica de educação popular, voltada à valorização da educação da criança por meio das atividades cotidianas. Iniciava-se uma discussão sobre o cuidar e o educar, ou seja, os cuidados cotidianos com a criança feitos mecanicamente como o banho, as refeições e troca de fraldas e outras passaram a ser foco de discussões que as consideravam ações educativas e pedagógicas, se feitas com intencionalidade.

Assim, manteve-se a preocupação e o cuidado de incorporar nessa (re)programação algumas das sugestões emanadas dos vários níveis da COBES, fundamentalmente: a necessidade de definir a política de atuação do órgão no campo do menor; inconveniência de uma programação setorializada por áreas específicas (Serviço Social, Psicopedagogia, Saúde e Nutrição), dificultando uma visão globalizada da problemática social da criança e consequente operação do programa; indefinição quanto ao padrão mínimo de qualidade a ser garantido pela creche; visão paternalista da participação da família no processo socioeducativo da criança; inexistência de um manual único de fácil comunicação, com abrangência em vários aspectos da programação; necessidade de revisão dos Manuais de Psicopedagogia e Serviço Social, no sentido de se proceder à atualização do conteúdo e

adequar a linguagem à compreensão dos que operam na creche; adoção de novo critério para cálculo de reajuste anual do auxílio financeiro (*per capita*); adoção de tipologia de plantas de creche ajustada às características construtivas da periferia, bem como modelo arquitetônico que permita outros usos, além da finalidade básica do equipamento.

Partindo desses pontos, o documento apresentou-se na forma de um manual básico de creche, contendo todos os aspectos fundamentais à sua organização e funcionamento. Tinha por objetivo eliminar a setorização vigente na programação anterior e definir o padrão mínimo de atendimento a ser garantido pela creche. No entanto, propôs uma nova dimensão tanto ao nível do equipamento, como no processo de participação da população, no momento em que a creche passa a ser exigida como um direito social.

Nessa perspectiva, a Programação para Creches da COBES (1980b) explicita o princípio básico que deveria nortear a ação a ser desenvolvida: definição de uma comunidade de propósitos com vistas ao melhor atendimento da criança, por meio de uma contínua troca de vivência entre família e creche.

Os aspectos básicos da programação foram pensados para o desenvolvimento de um trabalho baseado em uma concepção de atendimento para uma criança que apresentava um quadro muito acentuado de carências, ocasionado pela privação alimentar, afetiva, social e de estimulação, que poderia comprometer todo o desenvolvimento posterior. A incidência desse conjunto de privações em grande parcela da população infantil era determinada pelo modo bastante desigual de distribuição de bens e valores socialmente produzidos, entre todos os indivíduos que integram a sociedade.

A creche deveria garantir, portanto, uma programação geral que proporcionasse à criança: cuidados de saúde, alimentação e atividades psicopedagógicas. Portanto, essa programação deveria ser garantida em todo o seu conjunto, pois o descuido em qualquer um dos aspectos implicaria sérios prejuízos à criança.

O atendimento da criança implica necessariamente a verificação do estado físico, não apenas quando da matrícula, mas também por ocasião da sua entrada diária e durante a sua permanência no equipamento, procedendo-se ao registro sistemático das ocorrências. Isto porque, apresentando indisposições físicas simples (resfriados, assaduras, problemas de pele sem gravidade) terá que receber, no decorrer do dia, um tratamento especial, não só em relação aos cuidados de saúde, bem como em relação às atividades previstas para o seu grupo etário. É importante lembrar que a criança, na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses, é mais vulnerável a pequenos problemas de saúde, os quais, se não atendidos prontamente, poderão gerar problemas mais sérios e até agravantes do estado geral. Assim, à creche é recomendada a utilização de medicamentos, os quais não têm por objetivo o tratamento de doenças, mas apenas atenuar os seus sintomas até que a criança seja encaminhada a recursos de saúde (SÃO PAULO – Município, Creche Programação Básica, 1981b, p. 7).

A exemplo da pesquisa realizada por Batista (1998), localizou-se também nesse documento trechos que implicam certa resistência; pela primeira vez, aparece no documento uma expressão que indica desejo, sentimento, vontade, desagrado da criança, no sentido de uma autonomia do sujeito, como por exemplo:

Evitar a formação de filas, exigência de silêncio e disciplina rígida, bem como a manutenção da criança à mesa após as refeições, pois seu ritmo individual tem que ser respeitado e nada impede que ela inicie uma atividade espontânea (SÃO PAULO – Município, Creche Programação Básica, 1981b, p. 8).

Com relação às atividades pedagógicas, verificou-se que estavam presentes em praticamente toda a programação desenvolvida na creche, cuja rotina deveria prever sempre, um conteúdo educativo básico que visasse oferecer condições indispensáveis para o desenvolvimento global da criança.

Nesse sentido, a programação previa uma metodologia totalmente centrada na captação das características individuais e familiares da criança, para que os cuidados destinados ao atendimento de suas necessidades básicas fossem adequados às suas particularidades. Portanto, todos os momentos do trabalho diário junto à criança deveriam pautar-se no propósito de conhecê-la mais profundamente, observando-a e seguindo atentamente suas fases de desenvolvimento.

A criação de condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades próprias a cada idade e de meios que favorecessem o desenvolvimento afetivo, a expansão da criatividade e o acompanhamento da evolução gradativa da maturação de cada criança constituíram as preocupações principais na formulação de um programa psicopedagógico.

Passa a constituir elemento integrante do Programa Psicopedagógico o aproveitamento de situações que se apresentem como oportunas ou favoráveis para envolver a criança em atividades educativas informais. Assim, as situações de troca de roupa, banho, refeição, administração de medicamento e cuidados de saúde e higiene corporal, poderiam ser aproveitadas como sugestões propícias para o desenvolvimento de hábitos e atividades de estimulação sensório-motora, além de favorecerem um contato mais íntimo e intenso com o adulto.

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com finalidades específicas nas áreas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Ciências, foi necessário se proceder à divisão das crianças em grupos segundo a faixa de idade e, principalmente, pelo nível de maturidade.

3 Considerações Finais

Este texto tornou-se possível dada a relevância da preservação e organização da documentação recolhida pelo acervo Fundação Carlos Chagas, espaço privilegiado de conservação e guarda de fontes referentes à Educação Infantil na cidade de São Paulo.

A pesquisa na área da História da Educação tem possibilitado, não somente perceber as permanências e rupturas presentes no meio educacional, como também propiciar reflexões sobre as especificidades relacionadas a esse campo.

Os documentos localizados sobre as creches da rede direta paulistana deram indícios das práticas administrativas e pedagógicas que ali foram realizadas. Desse modo, “a escola é tomada como um lugar de reprodução e produção de uma cultura escolar e social; como um lugar de possibilidades e não de uma única possibilidade, de uma única visão de mundo” (GATTI JR, 2008, p. 236).

Investigar creches, pré-escolas e escolas primárias, por meio do estudo de programas, currículos, organização pedagógica das escolas para a infância com ênfase nos métodos de ensino e formação de seus profissionais, permitiram compreender e recuperar a história da luta por creches na cidade de São Paulo pelas mulheres trabalhadoras e apresentam um desenho da proposta de atendimento às crianças que se configurou no município de São Paulo.

Ao analisar as propostas e programações, pode-se concluir que há um movimento de permanências e mudanças. Em vários momentos, mudanças são anunciadas nas publicações subsequentes à primeira programação, mas, ao analisá-las, constata-se a permanência da mesma concepção de atendimento. Por exemplo, no que diz respeito ao brincar, a proposta poderia ter explicitado melhor a questão de sua importância, no sentido de compreender que as brincadeiras são importantes para o desenvolvimento integral das crianças, pois favorecem o desenvolvimento psicológico, a aprendizagem e a imersão na cultura.

Dessa forma, ao analisar os programas e as propostas apresentados foi importante considerá-los como elementos estruturantes e de normatização da organização institucional para as crianças que frequentavam os espaços das creches.

Referências

ARRUDA, M. A. do N. Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950. **Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 1, junho 2005.

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GATTI JR, Décio. A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000). **História da Educação, ASPHE/FAE/UFPEL**, Pelotas, v.12, n.26, p. 219-240, set/dez, 2008.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7.º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3.ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

FONTES

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria do Bem-Estar Social/Departamento de Integração Social. **Programação Psicopedagógica**. 1974c.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Bem-Estar Social. **Programação Centros Infantis - Cadernos de Exercícios Gráficos São Paulo: SEBES**, 1974d.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Bem-Estar Social. **Programação Centros Infantis – Programação Psicopedagógica**. São Paulo: SEBES, 1973c.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Creches: programação básica**. 1. ed. 1979a, 2. ed. 1980b, 3. ed. 1981b. São Paulo: COBES.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Programa de atendimento à população infantil de 0 a 6 anos através de uma rede de creches no Município de São Paulo**. São Paulo: COBES, 1980c. 24 p.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis. Programação Psicopedagógica**. 3. ed. São Paulo: COBES, 1978a. 185 p.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis - caderno de exercícios gráficos: anexo à programação psico-pedagógica**. 3. ed. São Paulo: COBES, 1974d, 1978b e 1981a. 185 p.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Programa de atendimento à criança carente no município de São Paulo: projeto de atendimento integrado à criança de 0 a 6 anos e 11 meses**. São Paulo: COBES, 1976b.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Programa de atendimento à população infantil de 0 a 6 anos e 11 meses através de uma rede de creches no Município de São Paulo**. São Paulo: COBES, 1980c.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Bem-Estar Social. **Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados: projeto, implantação e avaliação**. São Paulo: SEBES, 1974f.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis:** manual de orientação técnico-administrativo. 2. ed. São Paulo: SEBES, 1978c. 65 p.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Família e Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis:** programação de saúde e sócio-educativa. São Paulo: SEBES, 1973b.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Bem-Estar Social. **Reprogramação da atividade assistência à infância.** São Paulo: SEBES, 1976a. 40 p.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis - caderno de exercícios gráficos:** anexo à programação psico-pedagógica. 3. ed. São Paulo: COBES, 1981a. 185 p. (FCC 373.22/ S241p).

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal da Família e Bem-estar Social – FABES/ Secretaria Municipal de Educação. **Comissão Especial de inquérito sobre creches no município de São Paulo.** Relatório final sobre as creches. Nossos filhos, nosso futuro. Vamos melhorar nossas creches. São Paulo, 1984.